

# *Em torno de um golpe político: ideologia, formação discursiva e sentido(s)*

About a political coup: ideology, discursive formation and meaning

Augusto Cesar Radde da Silva

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148531352>

*Eu vejo o futuro repetir o passado*

*Eu vejo um museu de grandes novidades*

*O tempo não para*

**Cazuza e Arnaldo Brandão**

**Resumo:** Neste trabalho, realizo uma leitura sobre os acontecimentos políticos que delinearão o *impeachment* da presidenta do Brasil Dilma Rousseff, considerado aqui como golpe político. Para tanto, são trazidas algumas imagens que circularam durante os movimentos sociais que antecederam a destituição da presidenta de seu cargo, os quais ocorreram durante o período de março a maio de 2016. A fim de problematizar a questão do sentido, revisito as noções de ideologia e de formação discursiva, as quais apresentam-se como basilares à Análise de Discurso de Michel Pêcheux, teoria que fundamenta este estudo. As imagens são comparadas com outras que circularam durante o período em que o país viveu sob a ditadura militar, a fim de demonstrar o ponto no qual a língua encontra a história e faz perceber as relações de sentidos que subjazem aos golpes ocorridos no Brasil.

**Palavras-chave:** Golpe Político. Ideologia. Formação Discursiva. Sentidos.

**Abstract:** In this paper, I present an interpretative reading of the political events which led to the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff, considered here as a political coup. For this purpose, images that circulated through social movements from April to May of 2016, prior to the President's oust, are presented. In order to problematize the issue of the meaning, I revisit the notions of ideology and discursive formation, which are considered to be essential in the theoretical framework of Discourse Analysis based on Michel Pêcheux. The images are then compared to other ones, which circulated during the period when Brazil was under military dictatorship, with the objective of showing the point of intersection between language and history, in order to perceive the meaning relations, which underlie the coups taken place in Brazil.

**Keywords:** Political Coup. Ideology. Discursive Formation. Meanings.

## 1. Introdução

Muitas foram as adjetivações atribuídas ao processo que deu origem à derrocada da presidenta Dilma Rousseff e à chegada ao poder de seu vice, Michel Temer. De impedimento legítimo a golpe político, vimos desfilar, por entre as ruas e as mídias brasileiras e estrangeiras, uma série de imagens e de palavras que deram materialidade a um antagonismo político desde muito tempo conhecido e aparentemente transparente: a esquerda *versus* a direita. No entanto, realizar uma leitura discursiva requer a mobilização da teoria, a fim de desfazer as amarras que vislumbram a estabilização e expor a materialidade à opacidade, ou seja, é preciso que olhemos o discurso a partir do encontro constitutivo entre a língua e a história. Nesse sentido, começo revisitando a noção de ideologia a qual sustenta a teoria da Análise de Discurso e passo pelo conceito de formação discursiva (fd), a fim de problematizar a questão do sentido e empreender uma interpretação sobre a conjuntura política atual no Brasil.

## 2. Sobre a ideologia:

### De Louis Althusser a Michel Pêcheux

Para que percebamos o modo como a ideologia é proposta por Pêcheux, é importante que realizemos a leitura de Althusser (1985, 1999), autor cuja reflexão teórica serviu de base para se pensar a teoria materialista do discurso. Amparado pela concepção marxista de ideologia, Althusser a ressignificou ao trazer a materialidade e o imaginário ao campo das práticas, afastando o funcionamento da ideologia como exclusivo ao plano das ideias, conforme Marx e Engels (1986) a entendiam.

Para os filósofos, é impossível pensar as pessoas isoladas das realidades histórica e social, tampouco dissociadas de seus modos de produção, considerados ao mesmo tempo como formas de constituição e de distinção:

Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de

manifestar sua vida, determinado *modo de vida* dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o *que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1986, p. 27-28).

Marx e Engels apresentam, nessa citação, a relevância da produção do trabalho na organização social. Assim, esquematizam as divisões que se estabelecem nesse sentido: o campo e a cidade; o trabalho intelectual e o trabalho manual; a classe dominante e a classe dominada. Desse modo, a estabilização e a repetição de dada forma de trabalho atribuem aos indivíduos atividades determinadas, as quais delineiam, por conseguinte, seus lugares na estrutura social. Nesse ponto, é trazido o conceito da *alienação*, para se referir ao fato de que as pessoas não conseguem se perceber como produtoras da sociedade; e, então, as configurações sociais lhes aparecem como prontas, de modo que essas pessoas não se deem conta de seus lugares na luta de classes.

Essa questão da alienação servirá de base às reflexões althusserianas e pecheutianas, já que o fato de a ideologia produzir um efeito inquestionável de evidência – de modo que a aparência seja tida como a própria realidade – sustentará as leituras empreendidas pelos dois autores, sem que, contudo, deixem de existir avanços e deslocamentos. É o que faz Althusser (1999) ao (re)ler a tese marxista do Estado. Para o autor, dizer apenas que o Estado é repressor e que ele assegura a dominação da classe dominante sobre a dominada é apenas descritivo. O desenvolvimento dessa tese, segundo ele, se faz necessário tendo em vista a necessidade de trazer a teoria ao plano das práticas sociais, a fim de que o funcionamento da ideologia seja percebido a partir de rituais específicos.

A distinção empreendida pelo marxismo entre *Poder de Estado* e *Aparelho Repressor de Estado*, abre espaço, de acordo com Althusser, para que se faça avançar a teoria, pois é nesse ponto que o autor nos faz perceber o Estado não “(...) como um *puro instrumento* de dominação e de repressão a serviço dos *objetivos*, isto é, da *vontade consciente* da classe dominante.” (ALTHUSSER, 1999, p. 99, grifos do autor). Mas devemos concebê-lo como uma instituição passível de alguma alteração de acordo com os interesses da classe que exercer, em nome dele, o poder. Ou seja: o Aparelho de Estado funciona através do Poder de Estado – espaço

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

263

para se pensar na mobilidade – o qual será manipulado de acordo com os interesses de determinada classe, ou frações de classes, que dele tomar posse. No entanto, segundo o autor, grandes acontecimentos políticos<sup>1</sup> ao longo da história mostraram que a mobilidade em relação ao poder não impede que o Aparelho de Estado permaneça intacto, sem ser modificado quando afetado por interesses de tais acontecimentos.

Na conjuntura atual da política brasileira, podemos ver, a partir do funcionamento dos movimentos pró e contra o *impeachment* da presidenta Dilma, um exemplo de um antagonismo de classes em luta pela posse do poder de Estado, bem como vislumbrar os interesses que subjazem aos gritos de “tchau, querida” ou de “fora, Temer”, os quais funcionaram como dizeres parafrásticos que acompanharam as palavras legitimidade/*impeachment* e golpe, respectivamente. Mais adiante voltarei ao objeto de análise; por ora, volto à teoria para problematizar o avanço de Althusser em relação à Marx.

O grande avanço teórico da concepção marxista é empreendido por Althusser (1985), justamente quando ele problematiza a noção de Aparelho Repressor de Estado e traz a ideologia para o campo das práticas sociais através do conceito de *Aparelho Ideológico de Estado* (AIE). Ao fazer essa distinção, o autor opera um deslocamento o qual permite que a base econômica (a Infraestrutura teorizada por Marx) seja o lugar da reprodução das relações de produção, onde a dominância da Superestrutura é assegurada a partir de rituais específicos de cada AIE, definido por ele como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

O AIE passa a funcionar como “palco da luta de classes”, o que permite que a ideologia ganhe forma material e uma marca de plural, isto é, a partir da leitura marxista de que “a ideologia não tem história”, Althusser, ao colocar as classes em confronto no interior de um AIE, apresenta o fato de que a ideologia em geral existe desde sempre em seu funcionamento e estrutura, por isso sem história, mas que as ideologias assumem história própria ao longo do tempo,

---

1 Althusser usa como exemplo as revoluções burguesas do século XIX na França (1830, 1948), os golpes de Estado (o Dois de dezembro de 1852, o 13 de maio de 1958), os colapsos de regimes (queda do império em 1870, queda da III República em 1940) e a ascensão política da pequena burguesia (1890-1895, na França), na seção O Estado e seus Aparelhos, da obra “Sobre a Reprodução”, o que pode ser visto na página 104 da edição brasileira de 1999, conforme consta nas referências bibliográficas deste trabalho.

materializadas nas lutas de classes em confronto. Diferentemente dos aparelhos repressores – as leis, a polícia, por exemplo, – os quais funcionam predominantemente por meio da violência física, os aparelhos ideológicos – político, escolar, religioso, por exemplo, – funcionam predominantemente pela ideologia, de modo que o “efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1985, p. 94) conduz os sujeitos e suas práticas e faz com que todos se reconheçam como sujeitos sem que haja questionamentos. Nas palavras do autor,

[u]m aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de suporte (ALTHUSSER, 1986, p. 104).

Embora não use esta expressão, Althusser aponta para a possibilidade de pensarmos a *heterogeneidade*, pois o AIE comporta um sistema de instituições, o qual será organizado em torno de diferentes saberes, materializados nas diferentes práticas realizadas pelas classes sociais em seu interior. Podemos proceder com essa interpretação na medida em que o desenvolvimento teórico do autor vai se delineando, principalmente quando ele traz a noção de *Formações Ideológicas* (FI). Sob o domínio do Estado, elas se realizam nas práticas concretizadas pelas instituições dos aparelhos ideológicos, de forma que possam produzir o que o autor chamou de subformações ideológicas. Isso quer dizer que um AIE pode sofrer influência de várias formações ideológicas, não apenas daquela a qual organiza seus rituais e práticas, mas também de outras as quais acabam surgindo como efeito dessas práticas materiais. Por exemplo: uma FI política organizará as práticas das instituições (partidos) que formam o sistema do AIE político, contudo não impedirá a influência de outras instituições abrigadas por diferentes AIE, organizados sob o domínio de outra FI, como a religiosa ou a familiar.

Esse breve exemplo parece funcionar claramente na atual conjuntura política que serve de base ao objeto que será analisado, pois é

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

265

comum vermos os políticos apelando a deus e à família<sup>2</sup> para sustentarem seus argumentos para convencimento do povo e de seus pares. Basta ver a formação da bancada evangélica que compõe a Câmara dos Deputados, a qual, não poucas vezes, articula saberes religiosos na condução de suas práticas e discursos. Nesse sentido, apesar de não entrar no campo da língua, Althusser permite-nos pensá-la, conforme o fez Pêcheux, ao longo de sua obra, ao propor sua teoria materialista do discurso. A noção de formações ideológicas aponta, por esse caminho, para uma pluralidade de práticas as quais são, também, responsáveis pela formação de certas ideologia(s), como o fato de não haver apenas “o produto das ideologias primárias realizadas nas instituições, mas subprodutos dessa ideologia, enquanto ‘produtos’ das práticas em ação nessas instituições” (ALTHUSSER, 1999, p. 111, aspas do autor). A partir daqui podemos seguir com Pêcheux e seus deslocamentos a respeito da noção de ideologia.

Diferentemente de Althusser, Pêcheux diz que as relações de produção, garantidas nas práticas sociais no interior de um AIE, tendem, pela relação dialética da luta de classes, a transformar-se, além de reproduzir-se. Mantendo a leitura althusseriana sobre Marx, no que diz respeito ao fato de a ideologia não ser constituída apenas pela esfera das ideias, mas também pelo campo das práticas sociais – e não haver independência, portanto, entre a Superestrutura e a Infraestrutura – Pêcheux, em parceria com a linguista Catherine Fuchs, problematiza a questão da *interpelação ideológica* como causa do efeito de evidência sobre os sujeitos, a qual transforma cada indivíduo em sujeito ideológico e o conduz sem questionamento “a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)” (FUCHS; PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 162, grifo dos autores). E ele o faz a partir da articulação entre o Materialismo histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso.

É essa articulação que permite ao autor avançar teoricamente em relação a seus antecessores aqui mencionados, e até mesmo em relação a sua própria leitura, já que ela permite que seja trazida a *língua* para pen-

---

2 No dia da votação na Câmara dos deputados, 17 de abril de 2016, o funcionamento quase unânime dos dizeres daqueles que votaram a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff exemplifica o exposto. Deus e a família surgiram para justificar a situação política que se delineava no país, em prol do impeachment, de forma a substituir argumentos que comprovassem a acusação de crime de responsabilidade, suposto motivo para abertura do processo contra a presidenta. Veja-se os vídeos que registram esse acontecimento, aos quais se tem acesso no site: <https://www.youtube.com>.

sá-la articulada à ideologia. Ou seja: é esse encontro que sustenta a teoria pecheutiana do discurso, a qual prevê *uma leitura não subjetiva da subjetividade*<sup>3</sup>, ao considerar que o sentido e o sujeito constituem-se, ao mesmo tempo, como efeitos – por meio da interpelação ideológica e da determinação histórica dos processos semânticos – materializados na língua.

Com base nessa relação intrínseca entre língua e história na produção de sentidos é que Pêcheux apresenta sua concepção de discurso, a qual o considera, *a priori*, como um aspecto material da materialidade ideológica, a qual se realiza, por conseguinte, na materialidade linguística. É isso que lhe permitirá trazer à teoria discursiva a noção de *Formações Discursivas* (FD), articulada à de *Formações Ideológicas*, como responsável pela produção dos sentidos e por determinar aos sujeitos do discurso “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (FUCHS; PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 164), bem como aquilo que não pode, não deve e não convém ser dito. São as FD que possibilitam o encontro da ideologia com a língua no discurso, a partir da relação direta, portanto, com as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

É essa relação de afetação mútua entre as formações que interessa aos autores, no texto citado, o que lhes garante um passo à frente no que diz respeito à heterogeneidade, embora ainda não mencionada por eles neste momento. Em suas palavras: “(...) uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes” e é por essa razão de abrigar os discursos de diferentes classes em seu interior que ela “pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas” (FUCHS; PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 165). Como podemos perceber, a dialética da reprodução e transformação subjaz a essa relação entre as formações discursivas e ideológicas, caracterizando-as como processo em construção (por isso o termo formação), para além de uma caracterização classificatória e imobilista.

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

267

---

3 Pêcheux dá início a esse empreendimento no texto “Análise Automática do Discurso” (AAD69), o qual pode ser encontrado reunido a outros textos na obra organizada por Françoise Gadet e Tony Hak, “Por uma Análise Automática do Discurso”, cuja edição brasileira de 2014 serviu de consulta para este trabalho. De lá, o autor parte a fim de retificar alguns pontos de sua teoria inicial, procedimento que ele realiza principalmente a partir da articulação entre as regiões do saber mencionadas: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. É o texto supracitado que traz a primeira retificação e o avanço da teoria de Pêcheux e serve de base para a leitura por mim empreendida neste trabalho.

### 3 Formação Discursiva e Sentido(s): em torno do golpe político

O que precede já fornece um esclarecimento sobre o procedimento do qual se deve lançar mão para analisar um discurso a partir de uma leitura que considere o sentido como efeito. Contudo, cabem mais algumas observações importantes para a leitura do objeto em questão. Ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito do discurso constitui-se, como foi dito, como um efeito, sem que ele se dê conta disso, pois a relação entre a exterioridade constitutiva e a língua é apagada para ele. Ao dizer, o sujeito se reconhece e reconhece o sentido sob o efeito da evidência, esquecendo-se de que o seu dizer está em relação com o dito alhures, em outro lugar, o qual, no entanto, sustenta o seu dizer. Esse esquecimento constitui todo discurso, é inerente às práticas subjetivas de linguagem e chamado por Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]) de *Esquecimento nº 1*. Podemos perceber que essa noção articula a ideologia, a língua e a historicidade dos sentidos, o que lhe confere o caráter de um conceito o qual, grudado aos conceitos de formações ideológicas e discursivas, dá conta da articulação das três regiões de saber consideradas na AD pecheutiana.

Nesse sentido, o liame entre as formações ideológicas e as formações discursivas é apagado para o sujeito, de modo que a relação de sentido entre o seu dizer no interior de uma formação discursiva e aquele abrigado por outra formação discursiva, cuja discursividade lhe serviu de matéria, é por ele esquecida. Esse movimento de retorno entre sequências discursivas dá origem ao sentido – o que torna indissociável o encontro entre a língua e a história – e o constitui enquanto efeito, isto é, atesta o fato de que nada está pronto e a correspondência entre a linguagem e o pensamento está longe de ser perfeita, sem falhas e controlada pelo sujeito. Ao ressignificarem a noção de paráfrase linguística, deslocando-a para *paráfrase discursiva*, Pêcheux e Fuchs (2014 [1975], p. 66 - 67) nos explicam:

Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica dessas sequências constitui o que se poderia chamar de “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (2014 [1975], p. 66-67).

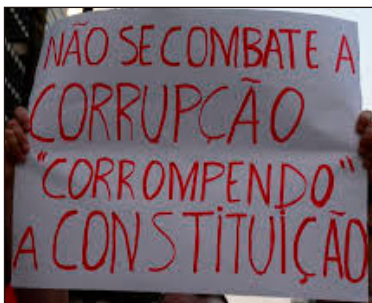


Desse modo, para que uma sequência, até mesmo uma palavra, possa fazer sentido, é preciso que a enxerguemos como pertencente a uma formação discursiva. Vemos ser desenhado, assim, uma maneira singular de lidar com os sentidos, com a língua e com o sujeito. A seguir, apresento as sequências discursivas que já podem ser interpretadas com base no que precede. Antecipo que elas estarão dispostas em dois grupos, de modo que as visualizemos como saberes pertencentes a formações discursivas antagônicas, as quais entram em conflito na mobilização de sentidos ocorrida durante os movimentos organizados em torno do golpe político que originou a destituição da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

### Rede Parafrástica 1 (contra o golpe)

Sd1



Sd2



Sd3



Sd4



269

## Rede Parafrástica 2 - (a favor do golpe)

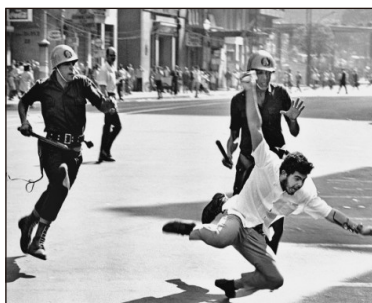
Sd5



Sd6



Sd7



Sd8



Augusto Cesar  
Radde da Silva

270

Começo com uma “justificativa” sobre o uso do termo *golpe*<sup>4</sup>, empregado por mim desde o título deste trabalho: o fato de o objeto em análise<sup>5</sup> ser constituído de um antagonismo de saberes a respeito da política e, mais do que isso, por alguns desses saberes serem produzidos de maneira contrária à Constituição Federal – texto que sustenta o regime político democrático, – autoriza a designação utilizada (golpe), de forma a marcar uma postura teórica, já que ao analisar um discurso lidamos com “(...) uma questão ética e política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2008 [1988], p. 57). A responsabilidade sobre a qual nos fala Pêcheux deve ser considerada no procedimento analítico

4 O termo golpe nomeia aqui o procedimento de impedimento da presidenta, com base, principalmente, no que rege a constituição. E desse modo “reproduz” o discurso, no que diz respeito à designação, daqueles que foram às ruas para lutar contra a efetivação desse impedimento. Considero, portanto, para além de uma questão partidária, o exposto no parágrafo único do Art. 1, o qual abre o Título I sobre os princípios fundamentais do Estado de Direito: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL [Constituição, 1988]).

5 As imagens que representam as sequências do objeto em análise foram encontradas a partir de busca realizada no Google (<https://www.google.com.br>), portanto consideradas de domínio público, no dia 18/05/2016. Elas compõem um acervo pessoal de pesquisa sobre o tema em análise.

de qualquer discurso, pois ela representa uma forma de leitura que articula, como vem sendo dito desde o início, língua, ideologia e história e expõe os sentidos à opacidade.

Em que pese essa breve justificativa, retorno a Althusser (1986) para sustentar teoricamente essa designação. Ao discutir a questão da revolução social, o autor nos lembra os movimentos políticos que deram origem aos regimes ditatoriais na Europa, os quais configuraram um *golpe de Estado*. Diferentemente do ocorrido durante os movimentos que permitiram à burguesia, na França, e aos socialistas, na URSS, enquanto representantes do povo, distanciarem-se dos políticos da aristocracia e estabelecerem novas relações de produção nos AIE – ou de outras revoluções mais “fracas”<sup>6</sup> –, o golpe de Estado que simulou formalmente uma revolução nas ditaduras “foi produto da conjuração de alguns indivíduos que promoveram um levante e não o resultado de uma ação das massas populares” (ALTHUSSER, 1986, p. 173).

Os movimentos políticos em análise assemelham-se àqueles que promoveram as ditaduras mencionadas por Althusser (1999), pois a tomada do poder político foi resultado de uma conjuração, a qual partiu das Superestruturas, a partir de uma articulação parlamentar de políticos que estão no poder, e não do povo. O que houve foi uma simulação de revolução, quando a população (eu diria uma parte dela) foi chamada às ruas para brigar pelo *impeachment* e contra a corrupção. Esse percurso teórico autoriza-me, então, a empreender uma leitura e a designar o acontecimento de *golpe político*.

As sequências discursivas em análise apontam, como foi dito, para o modo como os saberes foram mobilizados em torno dessa questão política. Reunidas numa mesma família parafrástica, sd1, sd2 e sd3, fazem ressoar sentidos a partir de uma mesma matriz, por isso são pertencentes à mesma formação discursiva. O que vemos é uma circulação de dizeres que funcionam em prol da defesa da democracia e dos direitos garantidos por esse regime político, com seus sutis deslizamentos de sentidos, como podemos perceber na sd2, a qual mobiliza a questão partidária, marcando um antagonismo político que remonta ao tempo

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

271

---

6 Althusser usou esse termo para designar as revoluções que alteraram apenas o AIE político e trouxeram algumas modificações em outros AIE, como o escolar, mas que não chegaram a modificar as relações de produção, deixando intactos os Aparelhos Repressivos de Estado. Por exemplo, as revoluções de 1830 e 1840 na França. Para melhor compreender essa diferença, ler Althusser (1999, p. 173-74).

das grandes revoluções as quais colocaram em confronto os ideais da esquerda e os da direita. Em relação à sd4, ela penetra no interior dessa FD1 para trazer a história.

Apesar de não pertencer ao mesmo domínio, já que materializada numa imagem da época dos movimentos contra a ditadura no Brasil, a sequência sd4 foi trazida para representar uma formulação que – assim como foi formulada para compor FD1 – fez parte da FD contra a ditadura. Desse modo, percebemos que todas essas formulações foram recortadas de uma mesma região de saber abrigada pelo *interdiscurso* – que é o lugar da saturação dos sentidos, “o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149). Do processo de resistência ao regime militar, o enunciado retornou para ser materializado no discurso dos movimentos contra o golpe. Sob uma variação na forma, “abaixo a ditadura” retorna em “democracia sim, golpe não”, considerando a conjuntura atual, ou seja, se lá a luta acontecia pela volta da democracia, aqui ela acontece para que a democracia não deixe de existir.

Estamos diante de práticas discursivas em cujo interior circulam saberes os quais são/foram/serão utilizados em diferentes discursos. Esse efeito de retorno, em que a exterioridade (saberes de interdiscurso) vem penetrar no que é interno à materialidade discursiva (intra-discurso), só é possível porque o efeito de origem do sentido produz no sujeito um apagamento daquilo que foi dito antes, em outro lugar, causando-lhe a impressão de que seu dizer é único e original. Tal fato põe a ver a relação entre língua e ideologia, pois quando recortado no interior dos saberes de uma FD, o dizer do sujeito funciona com base no regime de *repetibilidade*. E esta, por sua vez, determina a *memória discursiva*, no âmbito desta FD.

Segundo Courtine (1981), a noção de memória discursiva coloca em relação a língua e a história, já que “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 53). Com base no autor, podemos dizer que a memória coloca em relação o dito com o não dito, mas também com o que foi dito anteriormente, a partir de formulações pertencentes a outros domínios discursivos, a outras FD, portanto. Ao serem retomadas no discurso, essas formulações se repetem, mas não estão isentas de reformulações, de deslizamentos e denegações, o que lhes permite transitar por diferentes domínios. Tal fato autoriza que as

sequências discursivas recortadas para essa análise possam pertencer à mesma *rede parafrástica*, mesmo que inscritas em matrizes de sentido de diferentes formações discursivas.

A mesma análise aplica-se à rede parafrástica 2 aqui organizada, de modo que a sd7, pertencente a uma FD da época da ditadura, a qual reuniu saberes em apoio aos interesses militares na época, possa circular e ser reunida às formulações de sd5, sd6 e sd8, as quais, por sua vez, organizam-se a partir da matriz de sentido da FD2, cujos saberes apoiaram o golpe político na atualidade. A imagem registrada durante o governo Médici e os anos de chumbo da ditadura militar (sd7) converge os sentidos na mesma direção dos produzidos pela imagem de sd8, a qual mostra os brasileiros nas ruas pedindo o impedimento de Dilma Rousseff e a “intervenção militar já”, durante os movimentos que o antecederam. Além disso, o cartaz representado na sd6, como podemos ver, reproduz o sentido no interior da mesma FD, o fazendo deslizar “sutilmente” ao trazer a questão partidária, tal como ocorreu com sd2 no âmbito da FD antagonista. Voltarei a analisar essa questão, a seguir, quando me dedicarei à análise da materialidade linguística que sustenta o discurso em sd6.

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

273

#### **4. (In)determinação e Memória na produção de sentidos**

Em que pese o exposto acima sobre a articulação entre os saberes materializados no discurso e aquilo que lhe é exterior e constitutivo, a partir de uma relação de memória, a qual – no âmbito da AD – implica um esquecimento que não é de origem cognitiva, mas social, considero pertinente trazer a formulação realizada por Indursky (2011) a esse respeito. Isso ajudará a compreender melhor a relação de sentidos a qual subjaz ao discurso em análise, bem como as relações de paráfrases as quais sustentam os efeitos de sentidos que emergem da articulação entre as formações discursivas e as ideológicas. Ao refletir sobre memória, a autora afirma que

se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (INDURSKY, 2011, p. 4).

Essa reflexão aponta para o fato de que a memória expande-se aos domínios de uma FD, pois ela coloca em relação o dito com a rede memorável dos sentidos, do interdiscurso, fato que sustenta a articulação entre as formulações abrigadas por diferentes FD. E tal funcionamento ocorre através de uma retomada/regularização de saberes que são apropriados pelas mais diversas matrizes de sentidos, promovendo repetições, deslizamentos e deslocamentos na base linguística, através de paráfrases, de substituições sintáticas, lexicais e morfológicas as quais materializam na língua os processos discursivos, em uma formação discursiva dada. Retomo a sequência sd6 para uma leitura mais atenta, no que diz respeito aos elementos linguísticos e, também, imagéticos que a compõem, com base na relação de memória a qual pode ser estabelecida entre o que nela é formulado e o que foi formulado pelo militar João Figueiredo, durante seu exercício da presidência no regime ditatorial (sd9). Para tanto, retomo aqui uma parte específica de sd6 (sd6'), de modo que um retorno à sua totalidade, acima, será necessário para acompanhar a análise.

Sd6' – Chegou a hora dos *bons* mostrarem a cara!

Sd9 – [...] cooperar com o governo para reconstruirmos este país e por isso preciso do auxílio de todos os *bons* brasileiros [...]<sup>7</sup>. (F2 – 25.8.79 – Batatais (SP) – Improviso ao prefeito, p. 116)

Com base no que foi dito no parágrafo anterior, a base linguística passa a ser considerada uma estrutura que comporta o equívoco, enquanto lugar de materialização das falhas da ideologia e determinada pela historicidade dos sentidos. Desse modo, percebemos a articulação entre as regiões do saber, mencionadas acima. Para pensar a articulação entre o intradiscurso e o interdiscurso, como forma de se perceber o entrelaçamento entre *memória* e *sentidos*, Pêcheux (2009 [1975]) teoriza a noção de *pré-construído*, a qual representa o fato de que um discurso independente, produzido em outro lugar, incide no discurso atual e é esquecido, de forma a produzir o efeito de evidência de sentido ao sujeito.

Essa incidência pode se dar, de acordo com o autor, sob duas formas: o *encaixe sintático*, que representa o discurso outro (o antes) marcado na estrutura da língua e delimita a fronteira entre ele e o discurso

<sup>7</sup> Essa sequência foi trazida da tese de doutorado de Freda Indursky, na qual a autora analisa o discurso dos presidentes durante a ditadura no Brasil. Intitulada *A fala dos quartéis e as outras vozes*, a tese possui duas edições, a 1ª de 1997 e a 2ª de 2013, de cuja página 220 trago o trecho para análise.



produzido pelo sujeito (o agora); e o *discurso transverso*, que caracteriza a incidência do pré-construído de forma implícita, sem haver necessariamente uma marca linguística delimitando a fronteira entre o discurso atual e o produzido alhures. Nas palavras do autor, o “funcionamento do ‘discurso transverso’ remete àquilo que classicamente é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 153, grifo do autor). Não pretendo aqui desenvolver essa diferença, mas apresentá-la para pensar neste último funcionamento do pré-construído incidindo nas sequências em questão. Para tanto, trago mais uma citação de Pêcheux (2009 [1975], p. 151), na qual ele disserta, também, sobre a *articulação*:

Diremos, então, que o “pré-construído corresponde ao “sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (aspas e grifo do autor).

Essa relação de sentido, de evidência, efeito da forma-sujeito dominante, dissimula a dependência da FD ao “todo complexo com dominante”, intrincado nas formações ideológicas, de modo que a relação com a historicidade seja apagada aos olhos do sujeito. E ele, ao articular, o faz determinado pela relação de alianças com as outras FD, a qual, como foi dito, fica dissimulada, como se a materialidade contraditória do interdiscurso não o afetasse, tampouco afetasse os sentidos.

Voltemos ao objeto: na sd6', ao articular os saberes no interior da FD2 que o domina, a favor do golpe, o sujeito do discurso apaga na materialidade linguística sua determinação, sua relação de aliança à FD da ditadura, discursivizada em sd9. Ou seja: a elipse do substantivo *brasileiros*, que é determinado linguisticamente pelo artigo definido os e pelo adjetivo *bons*, atualiza o discurso em sd6' provocando um efeito de evidência, responsável pelo apagamento do discurso do outro, produzido na fala de Figueiredo, através da presença explícita desse substantivo. Essa indeterminação linguística, resultado da ausência do substantivo, pode ser recuperada na historicidade através da relação de paráfrase.

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

275

No interdiscurso, onde todos os saberes coexistem, a determinação pode ser encontrada, de forma que podemos ler, por exemplo, que os *bons* são os brasileiros, mas aqueles os quais concordam com a instauração de um regime militar, com a dominação das elites sobre o povo e com o golpe político. Ao compararmos com a sd5, podemos perceber a convergência desses sentidos, tendo em vista a composição da imagem, a qual traz, à frente, um casal de brasileiros trajados com camiseta verde e amarela, enquanto a doméstica empurra o carrinho mais atrás, sem a vestimenta que a caracterize como brasileira. Essa imagem conversa com a sd6, a qual recupera o apagamento linguístico do substantivo *brasileiro* nas cores verde e amarela, pintadas no rosto do rapaz: o não dito por palavras emerge no dito pela imagem.

Podemos dizer que em sd6' o saber construído alhures retorna no discurso produzido pelo sujeito por via da metonímia, a qual caracteriza o discurso transversal incidindo na articulação do sentido desse sujeito. O adjetivo *bons* funciona como uma parte que, no intradiscurso, retoma o que é dito por inteiro e permanece no interdiscurso, desde que fora formulado durante o regime ditatorial. Estamos diante de um jogo entre determinação e indeterminação, modalidades de representação no discurso as quais colocam em articulação a língua, a ideologia e a historicidade dos sentidos.

Retornemos à teoria para voltar ao objeto: a partir da problematização de Frege a respeito da linguagem, Pêcheux (2009 [1975]) pensa a questão da determinação na língua. Para Frege (1971), não há correspondência exata entre a linguagem e o mundo – a qual seria uma ilusão – fato que ele considerou como uma “imperfeição da linguagem”. Pêcheux nos esclarece que Frege opera, a princípio, uma distinção dicotômica entre objeto (denotação) e pensamento (conceito), em que o objeto seria o lugar da saturação e o pensamento o lugar do vazio, a partir do qual haveria um preenchimento de sentido considerando as verdades contingentes, impossibilitando a correspondência exata (ilusão) e verdadeira entre o objeto e o que ele representa no mundo “real”.

Essa ilusão considerada como imperfeição em Frege, abre espaço para que Pêcheux perceba a língua como um espaço o qual comporta as contradições, onde a discrepância causada pelo encontro entre dois domínios de pensamento pode existir através do funcionamento interno à sistematicidade linguística. O autor nos esclarece esse ponto ao estudar as relativas e o nome próprio, ainda apoiado nos exemplos



fregueanos, o que permite ver de que modo essa discrepância aparece no sistema linguístico, possibilitando a coexistência da indeterminação e da determinação.

Ao considerar o nome próprio (o objeto) como determinado/saturado por excelência e ao qual, portanto, nenhuma determinação pode ser aplicada, Pêcheux sublinha que “devem necessariamente existir termos que não sejam nomes próprios, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 90). Desse modo, ele abre espaço para que se pense em elementos sintáticos, lexicais e morfológicos os quais possam ser postos em análise para se perceber o discursivo na língua. O que ele fez a partir do estudo sobre o encaixe sintático da relativa determinativa, enquanto pensamento (conceito) introduzido para preencher o espaço vazio do sentido e saturar/determinar o objeto o qual ele designa por predicação. Esse preenchimento do vazio, no entanto, pode provocar uma espécie de esvaziamento do sentido do qual nem mesmo o nome próprio pode escapar, o que reclama o batimento constante entre a língua e a história durante a prática de leitura discursiva.

O recorte trazido para análise nessa seção apresenta as sequências sd6' e sd9 em relação “perceptível” de paráfrase discursiva, de modo que na própria organização morfossintática dos enunciados haja uma repetição marcada pelo adjetivo *bons*, a qual lhes possibilita que sejam colocadas numa mesma rede de significações em torno das questões políticas no Brasil (e a sd9 passa a pertencer, então, à rede parafrástica 2). Estamos diante de uma aliança entre a FD da ditadura e a do golpe político atual, de forma que, mesmo apagada ao sujeito do discurso, produz um efeito de similitude a ponto de os saberes circulantes parecerem pertencer à mesma FD. O que aparentemente não seria possível, considerando o fato de a conjuntura sócio-histórica atual não ser a mesma, visto que o enunciado discursivizado em sd6' é formulado sob o regime político da democracia, enquanto aquele que constitui o dizer em sd9 discursiviza sob o regime político da ditadura. Quero ater-me um pouco mais na relação de (in)determinação produzida pelo jogo linguístico entre o *adjetivo* e os possíveis nomes (*substantivos*) a quem ele determina.

A gramática contemporânea da língua portuguesa (NICOLA; INFANTE, 1997, p. 172) traz a seguinte definição a essa classe de palavra:

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

277

Adjetivo é a palavra que modifica o substantivo, atribuindo-lhe um estado, qualidade ou característica. Portanto, o adjetivo também se refere aos seres; daí que a distinção feita entre o substantivo e o adjetivo não é semântica (de significado), e sim funcional (de função).

Como podemos ver, a definição restringe-se ao linguístico, pois a função do adjetivo, segundo os autores, é a de modificar o substantivo, caracterizando-o. E por ser relativo também aos seres, assim como o substantivo, a diferença entre essas classes gramaticais não atinge o plano semântico, caracterizando-se apenas como “funcional”. Ora, na perspectiva discursiva, essa relação estabelecida entre eles ultrapassa as fronteiras da língua, visto que esse jogo de (in)determinação, resultado da saturação imposta ao nome pelo adjetivo, produz efeitos de sentido, pois remete o linguístico à historicidade e permite ver as relações estabelecidas entre a formação discursiva em que o discursivo é produzido e as formações ideológicas atravessadas no interdiscurso.

Marquei o prefixo da palavra *indeterminação* justamente para mostrar linguisticamente o movimento de sentidos que se dá entre aquilo que é determinado e não determinado na língua. Isto é, a partir do que expus sobre as relações de sentidos estabelecidas entre as sequências *sd6'* e *sd9*, no que diz respeito à memória e às relações de paráfrases, podemos perceber que o regime de repetibilidade produzido pela *sd6'* apaga, indetermina, na morfossintaxe da língua, o que foi determinado em *sd9*. Conforme mencionei mais acima, o substantivo *brasileiros* é substituído por um vazio – mesmo que gramaticalmente o adjetivo *bons* apareça substantivado – responsável por instaurar uma falta a ser recuperada e determinada pela história.

De *sd9* podemos recuperar o que estava indeterminado na língua e remeter a uma rede de sentidos determinada no interdiscurso. Entretanto, lá, o substantivo *brasileiros* também está sujeito à indeterminação, tendo em vista que, enquanto comum, ele indica uma generalização. O que estou querendo dizer é que o adjetivo foi necessário nas duas ocorrências para que o sujeito do discurso permanecesse filiado à matriz de sentido que o determina. E dessa forma, assumir que, na perspectiva discursiva, “o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um determinante discursivo, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva” (INDURSKY, 2013 [1997], p. 215,

Augusto Cesar  
Radde da Silva

278

grifos da autora). Assim, sob uma mesma rede de sentidos, permanecem o sujeito de sd9, abrigado pela FD da ditadura, e o sujeito de sd6', o qual, por sua vez, discursiviza no interior da FD favorável ao golpe político.

Em que pese a leitura sobre o linguístico, bem como o fato de a conjuntura sócio-histórica e política ser diferente entre os períodos que separam, não só mas também cronologicamente, as duas FD, podemos perceber no funcionamento das imagens – não apenas de sd6, como das demais que compõem a rede parafrástica 2, – a convergência de sentidos os quais apontam para a possibilidade de recuperar o que estaria indeterminado pelo nome genérico “brasileiros” ou pelo espaço vazio de sua reformulação. Os *bons* seriam não qualquer brasileiro, mas aqueles que concordam com os principais ideais políticos em questão: os dos generais, lá em 1979, e os dos parlamentares do golpe, aqui em 2016.

Eu diria ainda que, na urdidura desses representantes da nossa política, estão as elites brasileiras, como representantes da classe dominante na luta de classes sobre a qual nos falam Marx, Althusser e Pêcheux. E essa leitura pode ser realizada principalmente a partir de sd5, a qual traz a própria fotografia/radiografia dessa luta socioeconômica desigual, registrada para sempre na história dos movimentos políticos: através da imagem – retomando – do casal de brancos, fardados de *brasileiros*, protestando nas ruas enquanto seus filhos *brasileiros* são carregados pela doméstica negra, a qual caminha atrás deles uniformizada de branco – não trajada, portanto, como *brasileira*.

Como podemos perceber, o adjetivo determina, satura o substantivo que está ausente, indeterminado, em sd6', mas pode ser recuperado tanto pela imagem, em sua relação com o interdiscurso, como no próprio fio do discurso, quando a palavra *corruPTos* (sd6) é grafada com as letras em maiúsculo em seu interior. Esse destaque faz referência ao partido ao qual se filia a presidenta Dilma Rousseff e surge, então, como a principal força antagônica do golpe. Vemos um jogo entre *o que pode ser dito através da determinação* e *o que pode mas não convém ser dito pela via da indeterminação*. Uma indeterminação que, neste caso, ocorre tanto na ausência do substantivo como na do adjetivo de sentido contrário.

Dizer *maus*, tanto em sd6' como em sd9, seria deixar evidente uma postura não condizente com a democracia e com o respeito à liberdade de expressão, prejudicando a imagem do sujeito do discurso. Portanto, esse sentido fica indeterminado na língua e aponta para a possibilidade de ser recuperado no interdiscurso, como *o que poderia ser dito no âmbi-*

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

279

to da FD, mas que não foi dito porque não convém. Nos dois casos, o *maus*, recalcado como indizível, pode representar aqueles que discordam das iniciativas de quem está no poder político (sd9) ou de quem visa a esse poder (sd6'). Entretanto, quando atualizado em sd6', na conjuntura atual, essa ausência assume a forma linguística de um partido político a ser atingido, derrubado, pelo protesto.

O que fica de relevante, por ora, é o fato de que *determinação* e *indeterminação* funcionam mutuamente como maneiras de se perceber o funcionamento do discursivo na sistematicidade da língua. Nesse sentido, “um processo que aparentemente só constrói a especificidade do dizível acaba por instaurar, pelo recalçamento do que poderia ser dito, uma zona de indeterminação no interior do próprio processo discursivo. Ou seja, *a indeterminação é fruto do processo de determinação*” (INDURSKY, 2013 [1997], p. 316, grifo meu). E essa relação entre o dito e o não dito, portanto, constitui os sentidos na ótica discursiva.

## 5. Conclusão

Busquei, neste texto, realizar uma análise através da qual fosse possível demonstrar de que modo a prática de leitura deve ser construída sob a perspectiva da AD. Acredito que o objeto de análise em questão possibilitou uma articulação entre ideologia, língua e história de forma clara, o que favoreceu a leitura sobre o funcionamento do discursivo, o qual se dá através da relação intrínseca entre as três regiões de saber apresentadas por Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]): o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso. Como pudemos observar, algumas noções permitem uma mobilização que se efetiva no batimento entre o que está dito e o que não está dito na materialidade.

Desse modo, intradiscurso e interdiscurso estão sempre sendo postos em relação, como forma de se perceber em que pontos a história é apagada na língua, sob a evidência do sujeito e do sentido como resultado da ação da ideologia. As modalidades de determinação e indeterminação aparecem como marcas de representação do discurso, pois, como pude mostrar, funcionam como um ponto de encontro entre o dizível e o indizível de uma formação discursiva, permitindo que recuperemos sentidos recalcados, mas que produzem efeitos ali onde sua ausência se faz presente. E o olhar atento ao discurso político, no caso em questão, permite que desate-mos algumas tramas e o expusemos à opacidade dos sentidos, promovendo uma leitura reflexiva e crítica sobre assunto tão caro a nossa democracia.

## Referências

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. In: **Langages**, n. 62, juin, 1981.

FREGE. **Ecrits logiques et philosophiques**. Paris: Editions du Seuil, 1971.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014 [1975], p. 159-249.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013 [1997].

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

NICOLA, J.; INFANTE, U. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Scipione, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2009 [1975].

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008 [1988].

Recebido em fevereiro de 2018

Aceito em abril de 2018

*Em torno  
de um golpe  
político:  
ideologia,  
formação  
discursiva e  
sentido(s)*

---

281

